

# A VIOLÊNCIA VERBAL E SUAS DETERMINAÇÕES HIERÁRQUICAS DO CONTEXTO FAMÍLIA PARA O CONTEXTO ESCOLA: FATORES INIBIDORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR MEDIAÇÃO SEGUNDO VYGOTSKY E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA PSICOLOGIA ESCOLAR

João Paulo Alves Pereira<sup>1</sup>

Celestina Cândido de Barros<sup>2</sup>

Ana Leticia Canuto Laranjeira<sup>3</sup>

Sandra Patrícia Lamenha Peixoto<sup>4</sup>

Psicologia



**cadernos de  
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

O presente artigo propõe a discussão, mediante revisão bibliográfica, somada à teoria da aprendizagem por mediação de Vygotsky, a prática da agressão verbal nos ambientes formadores e educacionais, e de que forma sua manifestação contribui para a internalização de conceitos e, conseqüentemente, para a inibição da aprendizagem, socialização e vivência plena da subjetividade nos espaços sociais. Pretende ainda discorrer sobre os aspectos que reforçam a legitimidade da prática da violência verbal, além de apontar as conseqüências psicológicas que a mesma acarreta no que tange a reprodução dos comportamentos aprendidos em ambos os contextos. Conclui, trazendo à tona a importância do psicólogo escolar enquanto ator no processo de prevenção e intervenção da violência verbal, bem como a da escola enquanto espaço de acolhimento aos alunos vítimas de seus desdobramentos, além de estratégias que visem o seu enfrentamento e autorressignificações.

## PALAVRAS-CHAVE

Violência Verbal. Mediação. Vygotsky. Escola. Psicologia Escolar.

## ABSTRACT

The present article proposes the discussion, through bibliographical revision, added to the theory of learning through Vygotsky's mediation, the practice of verbal aggression in the educational and educational environments, and in what form its manifestation contributes to the internalization of concepts and, consequently, to the inhibition of learning, socialization and full experience of subjectivity in social spaces. It also aims to discuss aspects that reinforce the legitimacy of verbal violence practice, as well as to point out the psychological consequences that it entails in relation to the reproduction of the behaviors learned in both contexts. It concludes by highlighting the importance of the school psychologist as an actor in the process of prevention and intervention of verbal violence, as well as that of the school as a space for students who are the victims of their unfolding, as well as strategies aimed at coping with and self-signifying.

## KEYWORDS

Verbal Violence. Mediation. Vygotsky.School. School Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Tratar da temática da violência requer, antes de tudo, focar em uma de suas múltiplas facetas, uma vez que ela se traduz de forma polissêmica, empregando não somente um sentido isolado, mas um conjunto de outros significados que variam conforme suas caracterizações.

Entende-se a violência, em seu sentido mais amplo, como um aspecto intrínseco à condição humana, autodomesticada por crenças e princípios compartilhados; é um fenômeno contido em detrimento da imposição de um sistema de normas de conduta sociais que coíbem sua prática. Pode figurar-se na manifestação física de caráter doloso, bem como, na verbalização de discursos ofensivos, cujos agravantes referentes aos seus subtipos podem emergir de sua ação imediata ou de sua incidência contínua. A violência pode ser praticada “[...] contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (OMS, 2002, p. 5).

No entanto, o objetivo da pesquisa é explorar, especificamente, a violência verbal como fenômeno observado nos primeiros espaços de interação social do indivíduo, onde nos quais sua incidência ocorre como uma modalidade de agressão cuja ausência de sequelas físicas não a classifica como menos danosa, uma vez que, a mesma afeta a esfera afetivo-social do indivíduo podendo contribuir para que haja uma internalização de conceitos distorcidos e, conseqüentemente, uma dificuldade nos aspectos relacionados a autocompetência, autorrealização e às relações interpessoais.

O presente artigo dissertará acerca das problemáticas em torno da violência psicológica como produto da agressão verbal a partir da perspectiva teórica Vygotskyana que propõe uma alternativa saudável pelo meio do processo de mediação.

## **2 A VIOLÊNCIA VERBAL EXPRESSA NAS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS PAIS X FILHOS, PROFESSORES X ALUNOS: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO VYGOTSKYANA NO PROCESSO DIALÉTICO**

Segundo Anser e outros autores (2003, p. 68): “A violência vem assumindo dimensões diferenciadas e contextualizadas, por ser um fenômeno complexo e resultante de múltiplas determinações”. No entanto, em se tratando da violência verbal, esta pode ser entendida como um produto resultante da soma de eventos dialógicos cuja intenção visa denegrir, distorcer percepções e incutir crenças e valores autodepreciativas.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p. 20) este tipo de violência se enquadra a:

Toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada.

A violência verbal, portanto, contrapõe-se ao modelo dialógico, pois hegemoniza a mensagem do emissor e desvalida a fala do receptor, tornando a comunicação um instrumento de domínio e subjugação.

Nas esferas que competem à promoção e asseguramento da aprendizagem – família e escola – cabe aos agentes educadores utilizarem recursos que não comprometam o processo natural de construção de referências internas mediante o contato com elementos externos, uma vez que, o indivíduo se constitui enquanto ser humano a partir das informações que recebe do meio. Porém, nem sempre este processo obedece a todas as etapas de forma efetiva, pois, em alguns casos, ocorre a construção de referências distorcidas acerca de si mesmos pela ausência de um vínculo dialógico assertivo e afetivo, gerando consequências danosas. “A violência psicológica pode causar grandes prejuízos para o desenvolvimento infantil, influenciando nos pensamentos intrapessoais, na saúde emocional, em habilidades sociais, na aprendizagem e na saúde física” (LONGO *et al.*, 2014, p. 156).

Todos os comportamentos expressos socialmente foram anteriormente aprendidos pelo indivíduo em seus primeiros ambientes interacionais, sendo eles determinados a priori pelo desenvolvimento da linguagem, sofrendo modificações quando,

em ambientes não saudáveis, há imposição da força e adoção de medidas coercitivas, somando à observação participante dos educandos para com os seus agentes educadores na formação de suas condutas.

No caso da violência psicológica, praticada por meio da agressão verbal, o fenômeno figura o comprometimento das representações simbólicas que, dentro de um sistema que contribui para o desenvolvimento das funções mentais superiores, produz resultados incompatíveis no que se concerne às relações de interação social. “Assim, como a própria criança internaliza as formas sociais da conduta, essas formas de abuso, agressão ou maus-tratos do adulto com a criança podem constituir um importante fator de risco para seu desenvolvimento” (FERRAZ; RUSTIM, 2012, p. 106).

Os emissores que, neste contexto, podem também ser considerados agressores, perpetram a violência como uma de muitas formas de educar, pautando-se no entendimento do senso comum acerca dos meios de instrução comportamental. “Assim, parece natural que a família decida, em sua intimidade (espaço doméstico), aquilo que acredita ser conveniente no tocante às suas regras e, principalmente, à educação de seus filhos” (BIDARRA; GREGÓRIO, 2008, p. 4).

Contudo, sua legitimação aponta para um modelo que se apresenta não como uma medida auxiliadora do desenvolvimento, mas como uma herança histórica e cultural que se reproduz continuamente em comportamentos e crenças distorcidas. “habitualmente, o agressor emprega esta prática com a alegação de combater a teimosia, envergonhar, diminuir e coibir a ação da criança afetando diretamente seu desenvolvimento intelectual e sua autoestima” (GUERRA; ROMEIRA, 2010, p. 8).

Toda e qualquer aquisição do indivíduo em termos de aprendizagem responde por uma capacidade do mesmo de construir o seu real a partir de um referencial de elementos simbólicos, princípio no qual se norteia os postulados de Vygotsky acerca da construção identitária por meio da perspectiva histórico-cultural que aqui se faz presente na explanação do conceito de mediação, no qual abrangem as funções mentais superiores. No entanto, indaga-se, a priori, a utilização do termo “superior”.

Como dito anteriormente, o indivíduo utiliza-se de elementos simbólicos para a construção de seu contexto real, desse modo, ele é capaz de imaginar e planejar ações e eventos que somente serão praticados posteriormente. “[...] Esse tipo de atividade psicológica é considerada superior na medida em que se diferencia de mecanismos mais elementares [...]” (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

De acordo com Joenk (2002, p. 3), Vygotsky:

Chamou de funções mentais superiores aos processos tipicamente humanos como: a memória, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, imaginação, capacidade de planejar, estabelecer relações, ação intencional, desenvolvimento da vontade, elaboração conceitual, uso da linguagem, representação simbólica das ações propositadas, raciocínio dedutivo, pensamento abstrato.

Pode-se afirmar, partindo dessa premissa, que o indivíduo molda seu real de acordo com as imposições ambientais e culturais e no modo como tais esferas lhe possibilitam entender e realizar suas tarefas.

Este processo está diretamente ligado à forma como tais experiências se dão, tendo elas interferências de um elemento intermediário, sendo ele outro indivíduo ou um grupo social. "O processo de mediação implica uma forma especificamente humana e representa o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos no sentido de integrá-lo na rede de relações sociais e culturais, responsáveis pelo processo de humanização" (ROSSI; ROSSI, 2012, p. 7).

Ainda conforme Joenk (2002, p. 3):

O desenvolvimento e funcionamento das funções psicológicas superiores está fortemente ligada aos modos culturalmente construídos de ordenação do real. Instrumentos e símbolos construídos numa determinada esfera social definem quais das inúmeras possibilidades de funcionamento cerebral serão efetivamente concretizadas ao longo do desenvolvimento do indivíduo e mobilizadas na realização de diferentes tarefas. É pela mediação que a criança vai progressivamente desenvolvendo as funções psicológicas superiores.

Reconhece-se a relação de simbiose que todos os fatores estabelecem entre si, sendo importante ressaltar que, para tanto, é necessária a utilização de ferramentas que possibilitem a concretização desse processo. Desse modo, Vygotsky propõe que os processos mentais superiores derivam da utilização de sistemas simbólicos que, por sua vez, estão associadas ao processo de internalização onde ambos "evidenciam a importância das relações sociais entre os indivíduos na construção dos processos psicológicos" (OLIVEIRA, 1997, p. 34).

A linguagem se apresenta como o sistema simbólico básico para o estabelecimento das relações humanas e, quando este passa de elemento afetivo-social para elemento inibitório, resulta na introjeção da violência a partir da internalização das crenças e valores que a vítima acredita ter mediante atribuição de seu emissor (pessoa ou cultura) e a consequência é a distorção de suas representações mentais. "Por isso, quando uma criança faz parte de um ambiente hostil [...], é esperado que ela internalize isso e atribua a ela esta visão deturpada de si, causando a baixa estima, a timidez, a revolta, entre outras" (LONGO *et al.*, 2014, p. 158).

Contudo, este fenômeno não se configura como uma imposição de um sobre o outro, mas, de uma apropriação que um faz daquilo que o outro lhe direciona. "O processo pelo qual o indivíduo internaliza a matéria-prima oferecida pela cultura não é, pois, um processo de absorção passiva, mas de transformação de síntese" (OLIVEIRA, 1997, p. 38).

A participação dos pais e professores – enquanto elementos intermediários – na promoção de um ambiente dialógico propício a um desenvolvimento saudável e reforçador de competências, é importante no processo de construção identitária da

criança, uma vez que, a linguagem se sustenta como instrumento de mediação sendo que, em uma situação oposta onde ocorra predominância de um discurso agressivo ou explicitamente hierárquico, a criança tende a constituir seu aprendizado a partir da atribuição dos valores que recebe acerca de si. “Dessa forma, as funções psicológicas são, dialeticamente, efeito e causa da atividade social dos homens, produto de um processo histórico de organização da atividade social” (ROSSI; ROSSI, 2012, p. 7).

Também é importante ressaltar que, quando a autoridade materna ou paterna infringe as normas de comunicação assertiva, adotando formas inibitórias de fazer valer pedagogização, é comum que a criança se anule enquanto sujeito singular no decorrer de seu desenvolvimento ou responda de forma igualmente agressiva nos demais ambientes sociais, sendo ela vítima ou agressor do outro. “Apesar de essas atitudes serem consideradas por alguns pais educativas, o castigo isolado é, na maioria das vezes, ineficaz como meio de modificar o comportamento da criança podendo aumentar a agressividade no lugar de solucioná-la ou abrandá-la [...]” (ANSER *et al.*, 2003, p. 69).

É unânime associar a prática da violência ao estabelecimento de uma relação desigual em que indivíduos assumem papéis e os naturalizam sendo que, no caso da violência psicológica que decorre da agressão verbal, a força se mede pela palavra e pela imposição de valores e conceitos acerca do outro. “Isso foi incorporado pelos sistemas legais, contribuindo para reforçar a idéia de que a autoridade pode sustentar-se na desigualdade, isto é, na tutela do mais fraco pelo mais forte” (BIDARRA E GREGÓRIO, 2008, p. 3).

Conforme Stamato (2004, p. 41) a violência psicológica:

É um tipo de violência de difícil identificação devido a sua sutileza e à falta de evidências imediatas. Também designada como tortura, é caracterizada pela interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, podendo ser observada sob a forma de rejeição, humilhação desrespeito, privação de amor etc., causando à criança sentimento de ansiedade, insegurança, nervosismo, temor de perder o amor dos pais etc.

Subtende-se que a violência expressa pela agressão verbal é componente de uma suscetibilidade social. Em outras palavras, as vítimas dessa violência são, na maioria das vezes, os oprimidos, os desprovidos e os marginalizados que, não só aceitam a violência como já a naturalizaram. Estes não reconhecem as próprias capacidades e introjetam valores distorcidos acerca de si mesmos a ponto de considerarem legítimas as práticas de violência que lhes são dirigidas. “O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo, ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável” (SOUZA, 2012, p. 27).

Contudo, antes de atingir a esfera sócio-cultural em um sentido macro, é necessário entender sua concepção em um sentido micro, pois a violência se expande quando, em algum momento, foi restrita a seu ambiente de origem e diz

muito sobre as vivências afetivas do indivíduo e as relações que ele estabeleceu em seu ambiente intrafamiliar.

O indivíduo reproduz no social o que aprendeu no pessoal e, geralmente, seus pais também são reprodutores de um modelo de educação reducionista e autosssegador que receberam enquanto crianças. Assim, a violência estabelece um ciclo vicioso, que perpassa as gerações conseqüentes.

Rodrigues e Chalhub (2014, p. 78) apontam que:

Desta forma, filhos de famílias que tiveram a violência como padrão interacional e modelo de educação, podem reproduzir o contexto familiar violento quando da formação das suas famílias. É importante, portanto, tentar compreender o fenômeno da violência intrafamiliar pensando nas suas conseqüências para a criança, e na possibilidade ou não de repetição da violência no momento de exercer a paternidade.

A adoção de medidas punitivas no campo expresso da palavra não se configura por si só como uma violência psicológica, pois esta advém não de um modelo de educação, mas, sim de uma transferência dos fracassos afetivos vividos pelos pais sobre os filhos. No entanto, a criança tende a vivenciar esses conflitos nos demais grupos sociais, como a escola, por exemplo, que assume um papel decisivo para a quebra de tais paradigmas. “[...] A escola é o ponto de passagem entre a identificação da família e a identificação mais ampla do grupo social externo” (LEITE, 1997, p. 312).

Porém, a escola pode, também, exercer a função de potencializadora da violência verbal e psicológica quando, uma vez constatada a insuficiência das respostas esperadas, o professor atua como mera extensão de uma política de ensino que não se compromete com as individualidades, nem tampouco se aproxima dos alunos. Além disso, “sob outros aspectos, a relação aluno-professor é despersonalizada, pois o professor encarna – de maneira mais ou menos fiel e adequada – os padrões ideais da sociedade, e procura transmiti-los” (LEITE, 1997, p. 312).

A verticalização do poder se dá, em primeiro momento, na divisão de papéis sociais e, em segundo momento, na conseqüência das relações desses indivíduos. Ao contrário do primeiro que obedece a um limiar, o segundo momento é o que se configura como o fator segregador da hierarquização da relação aluno-professor, por exemplo, pois não se configura como condição, mas, parte do princípio moral e consciente de exercer domínio mediante a imposição da força por meio da constatação da vulnerabilidade do outro.

O professor é tido como facilitador do saber, no entanto, quando limita a relação de ensino-aprendizagem a uma via de mão única, na qual se observa a cobrança desigual por resultados padronizados, sugere ruptura no que tange a lógica relacional, pois, ao perceber a dificuldade do aluno, poderá fazer duvidá-lo de seus potenciais por não atingir as expectativas uniformes.

Como aponta Souza (2012, p. 28) acerca da influência que exerce a fala neste processo relacional:

Esta violência se mostra nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação indireta de gêneros e raça, entre outras e descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Um indicador recorrente da violência praticada pelo professor se dá mediante a forma como ele diferencia o aluno dos demais por meio dos níveis de aprendizagem, sem considerar sua singularidade e seu contexto como influenciadores diretos no fortalecimento de seu saber.

Sobre esse fenômeno Longo e outros autores (2014, p. 157) afirmam que:

Quando ocorre de os professores falarem que certo aluno ou certa classe não aprende, não “vai pra frente”, eles tendem a realizar avaliações e mediações pedagógicas que venham cumprir com este papel de reprovar o aluno, para que a sua previsão esteja correta, é a chamada “profecia auto realizadora.

Em outros casos, a violência psicológica se dá mediante a ligação entre fatores socioeconômicos que restringem o acesso a instrução ao desempenho do aluno em sala de aula. Ao constatar insuficiência nos rendimentos escolares, alguns professores tendem a estigmatizar o aluno que não acompanha o ritmo dos demais, isolando-o da possibilidade de relacionar-se com ele. Pois, para a sociedade em geral, “a posse de capital cultural favorece o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares” (SOUZA, 2012, p. 29).

Contudo, como indivíduo constitui seu aprendizado continuamente, o processo de mediação passa também a ser ininterrupto, sendo ele também decisivo no ambiente escolar. “Esse fato é, na maioria das vezes, ‘esquecido’ por muitos professores que defendem um espontaneísmo impossível na sua prática pedagógica” (JOENK, 2002, p. 4).

Assim como a violência, as formas de resposta a ela também variam conforme os contextos, contudo, os professores não devem se valer da preconceção de diagnósticos das demandas escolares pautando-se apenas no que se concerne às normas que o subjugarão, uma vez que, o indivíduo subjogado nada mais é que um ser incompreendido e desamparado e suas posturas revelam a negligência que sofre seja no ambiente familiar, seja no ambiente escolar.

### **3 O PAPEL DA ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO A ALUNOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA VERBAL E SEUS ENFRENTAMENTOS**

Conforme Zanolla (2012, p. 6): “Em tese, atualmente na área da educação, o conceito de mediação leva à expectativa de uma relação de reciprocidade entre o indivíduo e as possibilidades do conhecer, aprender”. O professor conduz o aluno no exercício do pensar, estimulando-o a indagar acerca do que se discute para obter



uma resposta concreta ao fim, no entanto, a mediação ocorre de forma disfuncional quando há imposição de ideias e não o apontamento para o alcance de um resultado definitivo acerca dos fenômenos vivenciados.

A violência expressa pela linguagem tende a ser um fator limitador, pois desencoraja a criança a descobrir novas fontes de conhecer a si e ao mundo, sendo que, a aprendizagem se dá pela soma de interesses e incentivos.

Ferraz e Ristum (2012, p. 104), apontam que:

Nesse sentido, as dificuldades de aprendizagem também devem ser pensadas como constituídas nas e pelas relações vivenciadas nos contextos em que a criança está inserida e que são consolidadas na forma como ela se vê e se percebe ao longo de seu desenvolvimento.

Quando as dificuldades já enraizadas no ambiente intrafamiliar se repetem no ambiente escolar, onde as vivências afetivas exigem um contato direto com o outro, a deficiência autoperceptiva passa a ser um indicador de causas generalistas.

Ainda conforme Ferraz e Ristum (2012, p. 104):

Ao vivenciar o drama do não aprender os conteúdos escolares, as crianças assumem papéis e posições estabelecidas nas e pelas relações, e isso confirma, a cada ano escolar, a condição de aluno que não consegue aprender. As histórias das crianças são construídas, ao mesmo tempo, por elas mesmas e pelo outro a partir das relações que se processam no contexto escolar, por meio de suas interações, suas vivências, suas experiências singularizadas.

De acordo com Anser e outros autores (2003, p. 70): "A escola, como instituição que faz parte da sociedade, sofre os reflexos dos fatores de violência externos que têm gerado conflitos manifestados dentro da sala de aula [...]". Em outras palavras, essa incidência expressiva atua concomitantemente nas relações intra e extramuros reverberando em uma resposta incondizente do indivíduo aos códigos de conduta que o induzem a submeter-se a um padrão normativo.

Alguns educadores valem-se de sua autoridade para aplicar métodos de aprendizagem que mais contribuem para um retrocesso do que para o desenvolvimento exponencial do intelecto e das potencialidades do indivíduo. Esta forma de educar, tanto no sentido afetivo (família) quanto no sentido pedagógico (professores), reverbera na formação descontinuada do indivíduo enquanto ser constituinte das experiências, pois, ao receber tal formação inibitória, o mesmo tende a transferi-la para outras representações de autoridade, podendo ser passivo e subjugar-se ou responder desviando-se das normas.

A escola não assume o papel de transmissor de valores, uma vez que, como segundo ambiente interacional, dispõe de métodos que propiciam uma forma-

ção continuada, no entanto, não deve desconsiderar as múltiplas realidades bem como o produto da relação entre indivíduo e meio social. Para tanto, a utilização de instrumentos convencionais nem sempre obtêm resultados próximos do esperado, pois não acessam os conteúdos imateriais inexpressos, nem tampouco assumem papel afetivo.

Como aponta Lacasa (2002, p. 407):

Pode-se dizer que uma atividade humana, e naturalmente a que ocorre em um ambiente educacional, é considerada como uma formação sistêmica, coletiva e histórica, e, sobretudo, que nessas atividades as relações entre as pessoas e os objetos são mediadas por instrumentos não apenas materiais, mas também simbólicos.

Em um ambiente que supervaloriza as atividades intelectuais, alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem em decorrência da violência que sofrem tendem a ser rotulados ou estigmatizados, sem que haja antes o estabelecimento de um vínculo interpessoal que proporcione a investigação aprofundada dos fatores que reforçam tais limitações. “A tendência intelectualista de nossas escolas tende a acentuar o valor das qualidades de inteligência, sobretudo se se ligam, também, a qualidades de conformismo social. Em outras palavras, embora os alunos sejam diferentes, são avaliados pelo mesmo padrão [...]” (LEITE, 1997, p. 313).

De acordo com Ferraz e Ristum (2012, p. 108):

Um aspecto importante é que os professores são pessoas significativas para a criança e influenciam a forma como ela se vê ou se percebe, pois eles constantemente lhes fornecem informações sobre suas habilidades, valores, destrezas ou ausência deles.

Desse modo, o professor é, acima de qualquer papel, um ser humano, um ser social que, frente a situações como esta, em que a violência verbal compromete o êxito de sua função, este deve despir-se das imposições normativas a fim de aproximar-se do aluno e estimular o desenvolvimento de um senso crítico acerca de sua condição e uma autopercepção que rompa com as imposições que o reduzem ao papel de vítima e vitimizado deste sistema de crenças e valores desiguais.

De acordo com Longo e outros autores (2014, p. 155): “A instituição escolar e os membros que a compõem devem estar atentos para o fortalecimento de relações coletivas que são reforçadas no trabalho grupal, dessa forma, os discentes estabelecerão relações mais humanas [...]”. Professor e escola devem atuar em consonância no propósito pedagógico, rompendo com o modelo de ensino hierárquico que reduz sua atuação a mero reprodutor ideológico que acentua a discriminação e privação do direito ao acesso a uma educação que abranja as mais diversas esferas que constituem o ser.

#### 4. AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO CONTEXTO SOCIO-FAMILIAR-EDUCACIONAL

Para que se compreenda a dimensão das problemáticas e, conseqüentemente, sejam elaboradas estratégias de intervenção, é necessário antes investigar de que modo tais problemáticas se deram no percurso existencial de cada indivíduo e em qual momento se deram. Pode-se afirmar que a prática do psicólogo escolar não assume caráter remediativo, uma vez que, desse modo, estaria ele contribuindo para o continuísmo das mazelas. Seu enfoque é generalista e não se restringe ao resultado do problema, mas, também, ao produto humano dessa interação, levando em consideração seus fatores constituintes. "O psicólogo escolar precisa, portanto, articular os diversos ângulos de uma pluralidade de vozes e estilos que compõem o mundo da criança" (VALLE, 2003, p. 27).

No entanto, ao identificar o espectro da violência verbal como o fator gerador de um processo interpessoal malsucedido que resulta na dificuldade de aprendizagem e desempenho social da criança, o psicólogo não deve se ater a uma única fonte de atuação, pois a investigação possibilita não só a descoberta de um, mas de múltiplos fatores sintomatizados, tendo ele que adequar sua prática de modo a abarcá-los como partes que integram um sistema rígido de valores e comportamentos.

Conforme aponta Araújo e Almeida (2010, p. 89):

Privilegiar uma atuação preventiva pode gerar entendimentos equivocados ao que realmente se pretende com essa proposta de intervenção e atuação. Isso porque ao conceito de prevenção é comum associar-se a ideia de antecipação, ajustamento e adequação de situações e comportamento que se encontram fora dos padrões gerais aceitos, a modelos adaptativos e normativos, a fim de evitar "maiores problemas".

Assim, mediante o trecho aludido, entende-se que o enfoque em uma estratégia isolada de atuação contribui para ignorar os diversos fatores históricos e sociais que compõem a formação do indivíduo e justificam seus padrões comportamentais como modelos interacionais hereditários que aqui se apresentam como a expressão da violência, por parte dos pais e inibição da aprendizagem no ambiente escolar, por parte das crianças. O psicólogo, entre suas atribuições, "[...] precisa ter conhecimentos sobre a influência da família no desempenho da criança para delinear as intervenções casa-escola em busca da inserção da criança nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade que as envolve" (VALLE, 2003, p. 26).

Outro ponto a ser considerado é a importância da desmistificação da prática psicológica no âmbito educacional. Tendo em vista a complexidade das relações e dos contextos que determinam os comportamentos humanos, O psicólogo deve romper com o estigma da psicologização dos fatores agravantes, abandonando o modelo

bipessoal e considerando sua prática como um instrumento de transformação social simétrico e não apenas como uma extensão clínica no espaço educacional.

Além disso, cabe a ele também romper com a crença das respostas imediatas, reforçando a importância de entender o problema e engajar-se na resolução do mesmo de forma gradativa. “Mas, para isso, é de fundamental importância que ele esteja inserido no ambiente da escola, participando do seu cotidiano para que possa ter uma atuação específica e mais voltada à realidade” (FREIRE; AIRES, 2010, p. 58).

O psicólogo escolar deve ser um instrumento para construção e estabelecimento de espaços de escuta e discussão após diagnóstico das problemáticas, possibilitando assim uma integração entre todos os setores intra e extramuros da escola, repensando normas e condutas interpessoais. Uma vez constatado o vínculo entre família e escola, o psicólogo “tem a possibilidade de atuar como agente de mudanças, capaz de promover reflexões a respeito do tema da violência, podendo, assim, conscientizar os agentes institucionais sobre os seus papéis [...]” (FREIRE; AIRES, 2003, p. 58).

O psicólogo se vale de respaldo técnico e teórico para atuar como agente transformador do espaço escolar e, conseqüentemente, social, assumindo uma postura analítica e promovendo interação entre os setores no entendimento acerca da violência verbal e suas conseqüências psicossociais. Vale, portanto, ressaltar também sua importância no processo de mediação, quando há diagnóstico de comprometimento na aprendizagem do aluno e no modo como este se relaciona com os demais indivíduos nos espaços sociais, pois, como discutido anteriormente, a linguagem é a principal ferramenta de aprendizagem, sendo a fala, a principal ferramenta na atuação do psicólogo e tal consonância propiciará discernimento e aperfeiçoamento das relações interpessoais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a aprendizagem não se enquadra nem se adapta a um modelo normativo reducionista, pois ela se manifesta pela livre expressão das descobertas concretas mediante a construção de um referencial abstrato. Educadores familiares e pedagógicos devem, portanto, estimular o interesse da criança em construir seu repertório sem a imposição da cultura, da sociedade e, principalmente, da força pela fala.

O diálogo se constitui como o elemento básico para o estabelecimento de práticas universais, desse modo, não deve ser utilizado como instrumento de sobreposição, pelo contrário, a fala como instrumento de mediação deve promover uma relação desverticalizada que aproxime os indivíduos em termos afetivos. A violência verbal aqui se configura como um instrumento de atraso da aprendizagem e dificultador no processo de interação e desempenho social.

Os excertos aludidos anteriormente contribuem para uma reflexão profunda acerca das posturas adotadas frente às demandas sociais, contudo, a educação não deve ser classificada mediante práticas isoladas. O exercício de ensino-aprendizagem nos ambientes familiar e escolar aqui se apresenta de forma crítica para impulsionar

o desenvolvimento de práticas que atenuem a incidência de casos de intimidação contra crianças e adolescentes de seus respectivos cuidadores e educadores.

A educação é a capacidade de construir e reinventar as realidades, sem sobrepor-se ao seu objeto (criança e adolescente), transformando-o por meio do conhecimento e, nesse caso, da empatia e do contato afetivo. É necessário o estabelecimento de uma conduta que reforce e estimule as relações interpessoais para que a dificuldade do outro não seja sufocada por um sistema que desconsidera as vivências individuais e, conseqüentemente, impossibilita seu acesso ao coletivo

Estimular o diálogo desverticalizado é, ao mesmo tempo, possibilitar a formação de adultos saudáveis por meio da vivência continuada que não se restringe a apenas um único ambiente social. Todas as esferas se conversam e se relacionam entre si, uma vez que, vivemos em um mundo que sofre constantes e abruptas mudanças, sendo que, não podemos nos condicionar ao conformismo, mas, sim, devemos romper com a lógica que entorpece-nos e nos reduz a mera condição de indiferentes às necessidades do outro.

No que tange à prática do psicólogo escolar, este torna-se substancial no contexto família-escola, devendo utilizar de seus conhecimentos técnicos e teóricos para resgate e reforçamento das identidades, porém, não restringindo-se a eles, uma vez que, para que se alcance resultados satisfatórios é necessário dialogar com diferentes áreas do saber e diferentes setores dos espaços educacionais e sociais, além da utilização de uma abordagem humana e voltada à autoestima dos emissores e receptores da violência verbal para uma atuação mais concisa e abrangente, pois entende-se que a expressão da violência deriva de um conjunto de fatores que compõem o repertório de aprendizagens e vivências e, na ausência de uma intervenção profissional, estes comportamentos tendem a ser reproduzidos repetidamente constituindo um ciclo contínuo de conseqüências destrutivas.

## REFERÊNCIAS

ANSER, M. A. C. I.; JOLY, M. C. R. A.; VENDRAMINI, C. M. M. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 67-81, dez. 2003. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872003000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 nov. 2017.

BIDARRA, Z. S.; GREGÓRIO, F. J. Configurações da violência psicológica contra crianças e adolescentes no município de toledo (PR). **Informe Gepec**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1810>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8). Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf). Acesso em: 18 nov. 2017.

FERRAZ, R. de C. S. N.; R. ISTUM, M. A violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 34, p. 104-126, jun. 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752012000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 nov. 2017.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60, jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572012000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2018.

GUERRA, G. M. S. A.; ROMEIRA, V. M. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: um caso de polícia? 2010. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2020/2169>. Acesso em: 19 nov. 2017.

JOENK, I. K. Uma introdução ao pensamento de Vygotsky. **Rev. Linhas** v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276/1087>. Acesso em: 18 nov. 2017.

LACASA, P. Ambiente familiar e educação escolar: a interseção de dois cenários educacionais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, D. M. Educação e relações interpessoais. In: PATTO, M. H. S. (Org.). **Introdução a psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: casa do psicólogo, 1997.

LONGO, C. DA S., *et al.* A violência no ambiente escolar: uma discussão da psicologia crítica. **Interfaces da educação**, Parnaíba, v. 5, n. 15, p. 148-164, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/449/415>. Acesso em: 19 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. K. DE. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo. Ed. Scipione, 1997.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

RODRIGUES, L. S.; CHALHUB, A. A. Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 77-92, dez. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 nov. 2017.

ROSSI, T. M. DE F.; ROSSI, C. F. DE F. O Conceito de Internalização em Vygotsky: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana. VI Colóquio Internacional "Saúde e Contemporaneidade". **Anais...**, São Cristóvão-SE, 2012. Disponível em: [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_12/PDF/50.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_12/PDF/50.pdf). Acesso em: 18 nov. 2017.

SOUZA, L. P. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor** v. 1, n. 7, 2012. Disponível em: [http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2\\_A\\_violencia\\_simbolica\\_na\\_escola\\_-\\_Liliane\\_Pereira.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2_A_violencia_simbolica_na_escola_-_Liliane_Pereira.pdf). Acesso em: 16 nov. 2017.

STAMATO, J. S. T. **A família e a questão da negligência**: papéis atribuídos e relações estabelecidas. 2004. 112p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Franca, São Paulo. 2004. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98537/stamato\\_jst\\_me\\_fran.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98537/stamato_jst_me_fran.pdf?sequence=1). Acesso em: 16 nov. 2017.

VALLE, L. E. L. R. do. Psicologia escolar: um duplo desafio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 22-29, mar. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2018.

ZANOLLA, S. R. da S. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 5-14, abr. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 nov. 2017.

---

**Data do recebimento:** 3 de maio de 2019

**Data da avaliação:** 28 de junho de 2019

**Data de aceite:** 28 de junho de 2019

---

---

1 Graduando do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT.

Email: joaopaulopsi2015@gmail.com

2 Formada em Direito pelo Centro Universitário Cesmac; Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: celestinacb@hotmail.com

3 Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT.

Email: leticiacanutolaranjeira@hotmail.com

4 Pós-graduada em Saúde Mental pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL (2011); Graduada em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC (2003). Formação em Psicologia Escolar, docente do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: sandra.lamenha@gmail.com

